

BIBLIOTECA ESCOLAR: SOBRE O ESPAÇO E A FORMAÇÃO DO LEITOR

SCHOOL LIBRARY: ON THE FORMATION OF SPACE AND READER

Renata Junqueira de Souza¹

Leonardo Montes Lopes²

Tatiane Portela Vinhal³

RESUMO: Como se configura o espaço da biblioteca escolar enquanto espaço do saber e apropriação de discurso? Este trabalho tem como objetivo precípua procurar respostas a essa indagação que incomoda muitos segmentos da sociedade quando se trata do real papel da biblioteca escolar na formação de leitores. A partir de pesquisas bibliográficas baseadas nas concepções de pesquisadores que já legaram contribuições importantes sobre leitura e biblioteca, tais como: Cavallo e Chartier (1998), Silva (1995), Bakhtin (1999), Freire (1997), Battles (2003), Lajolo (2006), entre outros, foi possível estabelecer relações a respeito da função da biblioteca como polo atraente de leitores. Nesse contexto, o foco de análise é compreender os processos existentes para se formar leitores a partir da biblioteca escolar, ou seja: o que ler, como ler, e a maneira como esta prática cultural é desenvolvida para que a biblioteca escolar cumpra o papel social na construção de leitores autônomos.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca. Espaço. Leitor.

ABSTRACT: How is the library space set up as a place of knowledge and, at the same time, appropriation of discourse? The main goal of this paper is to look for answers to this question, which bothers many segments of the society, especially when it comes to the real role of the school library in the education of readers. Supported on bibliography researches, which have as basis the conception of different researchers, who have already greatly collaborated on reading and library, such as: Cavallo & Chartier (1998), Silva (1995), Bakhtin (1999), Freire (1997), Battles (2003), Goulemot (2001), Lajolo (2006), and many others, it was possible to establish relations with the library as a pole to attract readers. In this sense, the focus is to understand the possible processes in order to promote reading comprehension development from the school library; i.e. what to read, how to read, and how the cultural practice of reading has been developed so that the school library can fulfill its social role in the development of autonomous readers.

KEYWORDS: Library. Space. Readers.

¹ Livre docente em Metodologia da Língua Portuguesa. Professora do Programa de pós-graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP – Campus de Presidente Prudente. Coordenadora do Centro de estudos em leitura e literatura infantil e juvenil. E-mail: recellij@gmail.com

² Doutorando em Educação. FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. E-mail: leonardomontes09@uol.com.br

³ Mestranda em Educação, FCT/Unesp, Campus Presidente Prudente. E-mail: tativinhal@gmail.com

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo mostrar a importância da biblioteca escolar para a formação de leitores, processo que não é definido, mas sim, constituído ao longo de uma trajetória de contato com os saberes da escola e de outras instituições (família, comunidades de bairro, igreja).

Nesse contexto, o foco de análise é compreender os processos existentes para se formar leitores a partir da biblioteca, ou seja: onde ler, o que ler, quando ler, como ler, e ainda a maneira como esta prática cultural é desenvolvida para que a biblioteca escolar cumpra seu papel de instituição social, que forma leitores e assegura o acesso ao conhecimento e à cultura, proporcionando às pessoas o direito de ler e de se tornarem mais informadas e capacitadas. Para tanto, é necessário que a biblioteca escolar possua procedimentos e mecanismos para cumprir a sua função de espaço formador de leitores.

O problema que se apresenta deve-se ao modo como o aluno foi apresentado à leitura. Se ela for encarada como uma “obrigação”, como algo que se tem que fazer para passar de ano, ou se for desenvolvida na criança uma relação traumática com os livros, é provável que sejam formadas pessoas avessas ao ato de ler. Romper esse equívoco é tarefa conjunta da escola, da família e da biblioteca. Nesse sentido, é importante que a biblioteca, como uma das instituições sociais formadora de leitores, apresente aos alunos, em vários momentos, textos de prazer, que segundo Barthes (2004, p. 20), são aqueles “que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura”, proporcionando uma relação extremamente prazerosa e afetiva entre o livro e o leitor.

No Congresso de leitura do Brasil – Cole, realizado em julho de 2003, em Campinas-SP, numa mesa redonda constituída pelo tema “O letramento literário e mediações escolares”, a professora Graça Paulino afirmou que o ideal seria se todas as escolas pudessem ter uma biblioteca, com um bom acervo, onde todos os estudantes tivessem acesso a esses bens culturais. Nesse mesmo evento, Maria Lajolo defendeu a estratégia da distribuição de livros diretamente aos alunos, enfatizando que a leitura deve ser desescolarizada, ou seja, faz-se necessário oportunizar a leitura sem a tutela da escola. Melo (2007) adverte que tutela significa autoritarismo e imposição da leitura de um único livro, de único sentido. A autora ainda vai além e, assevera que, se a escola ainda é o lugar sistematizado para as práticas de leitura para a maioria da população, essa deve se constituir de leituras polissêmicas e polifônicas, em que texto e leitor negociam os sentidos múltiplos possíveis ao ler. Desescolarizar a leitura significa, portanto, abrir as portas da escola para os vários tipos de textos verbais e não-verbais que circulam na sociedade. Corroborando as ideias de Melo (2007), acreditamos que só através desse processo de interlocução que escola e sociedade podem constituir bibliotecas formadoras de leitores, tanto a escolar, como a pública.

Ainda com relação à leitura sem a tutela da escola, Bordini e Aguiar (1988, p. 11) atestam que:

Conferindo à escola a função de formar o leitor, destruiu-se a noção de texto como representação simbólica de todas as produções humanas, restando o livro como mediação para qualquer conhecimento. Passou-se a destacar, assim; o livro por ser este uma produção da classe dominante, a ela pertencente e à qual aspiram às classes dominadas. Essa situação de valorização de um objeto específico configura a cisão entre a cultura que o possui e todas as demais, dando à primeira poder sobre as outras.

De acordo com as autoras, percebe-se que muitas vezes a supervalorização do livro destaca mais quem tem acesso a ele, elevando o objeto em si, mostrando apenas a realidade de uma única camada social, deixando de abranger todas as transformações construídas pelo homem, não reconhecendo que qualquer grupo social tem objetos culturais que podem ser lidos de forma válida, prazerosa e enriquecedora. Não há cultura melhor nem pior, existem sim, culturas diferentes, segundo experiências dos homens que as produzem.

A leitura é um dos processos que pode levar a conhecimentos mais profundos e variados da

cultura humana, abrindo novas perspectivas para que o leitor possa pensar sobre a realidade e as condições de vida. O ato de ler indica caminhos para um posicionamento mais reflexivo por parte do leitor, uma vez que solidificam os argumentos que sustentam esse posicionamento. Assim, a leitura, abrindo espaço para o entendimento do mundo sob uma visão crítica, possibilita ao indivíduo uma participação social mais efetiva, capaz de estabelecer relações de resistência e de confronto, o que nos remete a Silva (1997), quando esse afirma que dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.

Desta forma, a defesa da biblioteca escolar enquanto espaço de leitura e de formação de leitores é um dos pontos fundamentais para a democratização da leitura, em um país em que segundo dados do Ibge (2005), 11% da população, aproximadamente 14,9 milhões de pessoas não sabem ler e escrever, ou se já sabem, muitos ainda não têm acesso a livros, a não ser aos livros didáticos doados pelo governo. Cabe elucidar que se o espaço da biblioteca escolar for preenchido por experiências de vida dos homens, ao se constituir no movimento da leitura e da escrita, transforma-se indubitavelmente na própria linguagem humana, um lugar vivo e cheio de inquietações, o que contempla a visão de Eco (1986, p. 330):

De um longo e secular sussurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminho e pergaminho, uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana, tesouro de segredos emanados de muitas mentes e sobrevividos à morte daqueles que o produziram.

A crise da leitura no mundo ocidental segundo Cavallo e Chartier (1998), aparece de forma camuflada por organizações universalmente respeitadas. Porém, os sintomas existentes são características de que há indícios de uma crise da leitura que remete à indústria editorial. É interessante notar que os alarmes de crises mais fortes aparecem justamente nas áreas em que a produção e a circulação dos textos impressos são mais ativas e mais extensas socialmente, ou seja, nos Estados Unidos e na Europa. Todavia, esse quadro não se apresenta diferente com relação ao Brasil. Conforme Silva (1995), o processo de crise da leitura no Brasil se constitui face à crise socioeconômica brasileira e, sobretudo, não deve ser entendida como um fenômeno de algumas décadas, mas de um tempo muito longo, em virtude de que a discriminação e a marginalização presentes no processo de formação de leitores acompanham o cidadão brasileiro durante toda a constituição histórica do país.

Diante desta crise, vale lembrar Melo (1997), quando explicita que a alfabetização proporcionada aos trabalhadores, em que a ação pedagógica fruto das políticas socioeconômicas não lhes têm dado condições efetivas de acesso ao mundo da escrita, legando-os à condição do “silêncio letrado”. Esse pressuposto se reforça quando a mesma autora afirma que, ao desconsiderar o conhecimento de escrita e a oralidade desses trabalhadores, a alfabetização ignora também o que eles falam, ouvem, vêem e pensam quando em contato com a leitura e a escrita oficial. A maneira pela qual eles se relacionam com esses processos é determinada pelas condições socioeconômicas e culturais de seu grupo social. Mesmo diante disso, ganham a leitura e a escrita do discurso oficial. Daí a permanência daquilo que Melo (1997) denomina de “silêncio letrado” dos trabalhadores que pretendem ser leitores e escritores na escola e na vida, e se deparam com uma leitura e escrita mecanicistas que negam a sua identidade linguística e cultural.

2. Biblioteca: espaço do saber, espaço do leitor

Em nível mundial, a biblioteca quer escolar ou pública tem sido estudada nas últimas décadas sob vários ângulos. Pode-se destacar, em especial, uma forte tendência em pesquisá-la, associando-a a um espaço de formação de leitores como nos trabalhos de Cavallo e Chartier (1998), Silva (1995), Fulgêncio e Liberato (1998), Gomes (1983), Freire (1997), Melo (2007) entre outros.

Há de se considerar que a educação, em muitos momentos da história, tem vivido períodos

de ações políticas inconsistentes, que não têm dado um significado maior à formação de leitores nesse espaço, como uma prática social que deve fazer parte da vida das pessoas, como está posto por Freire (1997, p. 23):

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quer fazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica.

Enfocar a biblioteca escolar no sentido de defendê-la, é ter em mente uma prática crítica como menciona Freire que, com certeza, trará benefícios à comunidade, posto que a leitura também é um produto social e, por isso mesmo, ora se sujeita às regras impostas pela estrutura social, ora se rebela contra elas. Portanto, a dominação de uma classe social sobre as outras (principalmente a dominação econômica) preestabelece um conjunto de convenções para o desenvolvimento e para o exercício da atitude estética, popularmente, chamada de “gosto”. A não compatibilidade com essas questões provoca um emperramento no papel fundamental da biblioteca, que é formar leitores com consciência crítica, que possam se transformar por meio da leitura, e adquirir novas práticas e representações sobre o que acontece ao seu redor, abrindo novos horizontes e perspectivas. Lajolo (2006, p. 7) afirma que:

Lê-se para entender o mundo, para viver melhor. Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode (nem costuma) encerrar-se nela.

Este é o papel que a biblioteca, seja pública, seja escolar, deve cumprir: ter a visão de formar um leitor crítico que saiba interpretar o mundo, resultando isso em um leitor que lerá mais e encontrará, nessa prática, prazer e cultura.

Essas reflexões, ao longo de nossa experiência de professor-leitor-formador de leitores, foram se constituindo em algumas indagações: o que é uma biblioteca escolar? O que significa ler em uma biblioteca? Como se constitui o sujeito leitor neste espaço? Quais processos entram em jogo quando se está lendo? Enfim, o que representa uma biblioteca escolar no imaginário da sociedade? Ou ainda, qual a relação da biblioteca com a comunidade?

É importante notar que a atividade da leitura atualiza a língua em diferentes contextos de produção e recepção, os quais trazem consigo a precariedade do singular, do irrepetível, do insolúvel – na situação própria da interlocução – demonstrando, segundo Geraldi (1999, p. 7), sua vocação estrutural para a transformação, para a mudança em busca de benefícios coletivos. O sujeito constitui-se, assim, no fluxo do movimento do território, “lugar de passagem e na passagem a interação do homem com os outros homens, no desafio de construir compreensões do mundo vivido”. Nessa perspectiva, para Bakhtin (1999), não há, pois, um terreno estável de constituição, um sujeito pronto e acabado que se apropria durante a efetivação dos seus atos de leitura de uma língua também pronta e acabada. Ler constitui, nesse sentido, um espaço ampliado de formação e interlocução que se dá em tempos e modos diversos.

Nessa linha de pensamento, Silva (1995) assevera que nos últimos anos, por meio de manobras ideológicas do poder dominante, as bibliotecas escolares e públicas foram colocadas em segundo plano, ou seja, na condição de “receptáculos passivos” do sistema. Essa afirmativa nos remete ao entendimento de que a biblioteca escolar ainda continua legada a essa condição de “depósito”, como o lugar de coisas velhas e inutilizáveis. Assim, lembramos Chartier (1998, p. 123), quando esse chama a atenção para as bibliotecas municipais francesas no final do século XVIII, informando que mesmo sendo a França um país que já possuía uma história da leitura pública, em primeiro momento, há a constatação da “incapacidade de as bibliotecas municipais no sentido de assegurar a leitura

como uma atividade pública [...] estas bibliotecas ficavam apenas entreabertas, empoeiradas; eram afinal depósitos inertes”. Dessa forma, o presente artigo pretende fornecer subsídios que possam gerar reflexões no sentido de reverter essa condição, mostrando que um dos principais papéis da biblioteca, seja ela pública ou escolar, é a formação de leitores que devem compreender os múltiplos sentidos dos textos que circulam na sociedade.

Partindo-se do princípio de que a biblioteca escolar tem se tornado, na maioria das vezes, um espaço para se “guardar livros”, esse local social tem perdido também seu caráter político e educativo de ser biblioteca, descaracterizando sua função essencial de formação de leitores. Ênfase maior tem sido dada ou imposta às funções técnicas de preservar e organizar os documentos do acervo, com o consequente ofuscamento dos papéis sociais do bibliotecário, confundindo questões relacionadas com o quê, como, para quem e com que finalidade difundir a informação e o conhecimento, muitas vezes não dando a atenção necessária às práticas de formação de leitores, e às campanhas de acesso à leitura para todas as pessoas, independente de classe social, cor ou sexo. A este respeito, vale a pena recuperar as seguintes palavras de Melvin Dewey citadas por Silva (1995, p. 75).

Chegamos a um reconhecimento geral que educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para príncipes, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, mudo e o cego, para os defeituosos e os delinquentes, que na antiga concepção eram deixados à margem.

Apesar de muitas pesquisas fazerem abordagens sobre a biblioteca e sua função, deixando de ser compreendida como um simples processo escolarizado de consultas a livros para mera cópia, o que ainda está evidenciado é uma crise da biblioteca escolar com relação ao seu verdadeiro papel de formadora de leitores. Há de se considerar que, para o crescimento da biblioteca, seja ela escolar ou pública, algumas condições, como pré-requisitos, são importantes. Essas estão ligadas a fatores sociais, econômicos e políticos. Gomes (1983, p. 13-14) afirma que:

Como condições sociais que exercem influência positiva sobre bibliotecas citam: a) o aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação; b) a educação, que organizada como um sistema formal requer não somente registros, mas as facilidades oferecidas por uma biblioteca como apoio ao sistema educacional; c) estabilidade da vida familiar; d) disponibilidade de tempo de lazer; e) tamanho das famílias e da população como um todo. O desenvolvimento de bibliotecas em grande escala relaciona-se diretamente, “como uma constatação quase axiomática”, com a estabilidade e prosperidade de um país. As principais condições econômicas apontadas são: a) economia bem desenvolvida e próspera, que necessita de um sofisticado sistema de conservação de registros, não só para atender as atividades do governo, como também às pesquisas que o desenvolvimento tecnológico e econômico requer; b) grande disponibilidade de recursos financeiros excedentes que possam liberar verbas para um amplo desenvolvimento de bibliotecas; c) comércio livreiro bem organizado e implantado, apto a fornecer prontamente livros e preços acessíveis. Como condições políticas, destacam-se: a) governo eficiente e bem estabelecido, com tranquilidade política para apoiar e estimular a criação e desenvolvimento de bibliotecas; b) aparelho burocrático complexo, que demanda grande quantidade de informação de âmbito nacional e internacional, coletada e organizada em bibliotecas.

Por esses pré-requisitos, compreende-se que as bibliotecas têm tido lugar garantido nas sociedades em que a economia seja forte, a população estável, instruída, e em que o poder público dê suporte ao crescimento das bibliotecas. Nessas sociedades, a biblioteca escolar não é vista apenas como um mero lugar de acesso físico à informação, mas, sim, um espaço dinâmico, repleto de atividades, relacionamentos, tomadas de decisão, sendo desta forma considerada um verdadeiro espaço coletivo de aprendizagem e prazer.

Com certeza, a simples existência de uma biblioteca escolar com livros e outros impressos já é uma forma possível de promoção da leitura. Segundo Carr (1992), mais do que repositórios passivos,

as bibliotecas, como instituições culturais, devem conduzir intencionalmente a atividades que encorajam e inspiram a mudança intelectual, em função de uma série de situações de aprendizagem, tal como a proximidade com textos, livros e objetos que levam a sensações individuais que estimulam o leitor. Segundo esse autor, diferentemente da sala de aula ou de outros sistemas que requerem a intervenção de um instrutor, a biblioteca é um ambiente em que o aprendiz tem a possibilidade de conseguir dominar sozinho, fazer seu próprio percurso e fazer suas combinações. A biblioteca escolar enquanto sistema organizado deve criar uma sensação de segurança, estabilidade e paz. Os ambientes estruturados facilitam o estabelecimento de padrões necessários ao conhecimento. De modo geral, as instituições culturais devem ser ambientes de conhecimento organizados onde o acesso deve ser público e a experiência privada e individual, mas que deve gerar também em experiências coletivas (CARR, 1992).

Como se percebe, a biblioteca escolar e pública, como espaço físico, tem sido alvo de consideráveis discussões e debates profissionais. Um deles aponta para a iminência e inevitabilidade das bibliotecas eletrônicas, e um suposto “desaparecimento” das bibliotecas que conhecemos; novos prédios abrigando esses espaços têm sido construídos ao redor do mundo, tal como as bibliotecas nacionais da Inglaterra, França, Alemanha e Dinamarca, que ganharam novas sedes, algumas delas monumentais. Uma biblioteca escolar acessível a toda a comunidade, em prédios planejados e bem projetados, com boa infraestrutura tecnológica, horários e serviços flexíveis, equipes preparadas e acessíveis, acervo diversificado é o paradigma da biblioteca como lugar dinamizador do conhecimento e fonte de cultura e informações.

De acordo com Perroti (1990), é preciso promover o desconfinamento cultural da criança e do jovem, buscando estabelecer relações interativas entre indivíduos enquanto sujeitos e sistemas de informação. Obata (1999) salienta que é necessário mais do que a promoção da leitura, que seja feita sua apropriação, levando a biblioteca a assumir-se como biblioteca interativa, espaço não apenas de difusão, promoção ou disseminação da informação e da cultura, mas também um local onde o leitor possa ter voz, posicionamentos e interpretações, mediante a realização de projetos e programas desenvolvidos pelas bibliotecas escolares.

3. Biblioteca: espaço de apropriação de discursos

Como já mencionamos, a leitura tem sido foco de estudo por vários pesquisadores, tais como Barthes (2004), Lajolo (2006), Melo (1997), Silva (1995), entre outros que tratam deste assunto no sentido de fazer com que esse processo não se constitua em mais obstáculo para os leitores, mas que seja uma prática prazerosa que resgate a sua identidade linguística e cultural, propiciando-lhes informação, formação, apropriação de discursos e fruição por meio dos textos lidos. Todavia, segundo Silva (1995), há o que se chama, ao longo da história, a já referida crise da leitura. É também nesse meandro da crise da leitura que é possível se pensar nas várias concepções de biblioteca escolar, no sentido de que ela seja igualmente um espaço, entre outros, transformador do mundo através do acesso aos vários saberes de diferentes culturas. Esse autor enfatiza ainda que: “A leitura deve também ser praticada fora dos limites da sala de aula, no sentido de ir consolidando o hábito. Dessa forma, os seus resultados poderão afetar significativamente o lar da criança (pais e irmãos) e até mesmo o trabalho pedagógico da própria escola”. (SILVA, 1995, p. 114-118). Partindo-se desse entendimento e no que tange à promoção e a dinamização da leitura, a instalação de uma biblioteca, seja ela escolar ou pública, é essencial para provocar a aproximação dos vários tipos de leitores com este espaço de cultura. Assim, a biblioteca pode se constituir em um ambiente que liga o leitor à palavra, dando origem à formação de novos saberes, possibilitando transformações no modo de produção, promovendo revisitações de conceitos que norteiam o homem e a sociedade. Esse pensamento está reforçado na concepção de leitura exposta por Silva (1993, p. 114), quando alerta que: “A leitura exige muito mais do que a soletração de palavras. A criança deve relacionar os conteúdos com as suas experiências, agindo e reagindo. Ler para além das linhas é essencial”.

Como se percebe, o contato com a leitura é um processo que pode ser constituído dentro do espaço da biblioteca escolar, porém representa uma riqueza universal que vai além desse ambiente e do texto propriamente dito; ou seja, quando o leitor pratica a leitura, ele está se apropriando do discurso do outro para, a partir daí, construir o seu próprio discurso, conforme postula Bakhtin (1999).

Outra concepção sobre a biblioteca é discutida por Milanese (1986), em seu estudo, o autor verificou que as pessoas mais velhas, consideradas “letradas”, cultas, veem a biblioteca como uma instituição absolutamente respeitável e idolatrada, onde os laços são mais estreitos e o apreço maior. Para os mais jovens, o nível de afeição pode não ser o mesmo, porque a biblioteca é entendida por eles, muitas vezes, como um local isolado ou um lugar apenas para pesquisas. Isso não quer dizer que não haja, entre os jovens, interesse pela biblioteca, por livros e leitura de modo geral. Mas de qual leitura nos referimos?

Para Silva (1996), a leitura não pode ser confundida com decodificação de sinais, mera reprodução mecânica de informações ou respostas convergentes a estímulos escritos pré-elaborados. Esta concepção nada mais faz do que decretar a morte do leitor, transformando-o num consumidor passivo de mensagens não-significativas e relevantes. Essa postura abre espaço para indagar: será que essa concepção ainda está presente na maioria das escolas e bibliotecas brasileiras? O autor também pontua que o ato de ler sempre envolve apreensão, apropriação e transformação de sentidos a partir de um documento escrito. Leitura sem compreensão e sem recriação de sentidos é “pseudoleitura”. Dessa forma, desponta-se a seguinte questão: será que as bibliotecas escolares promovem programas de leituras que levam à compreensão e à (re) criação dos sentidos dos textos? Goulemot (2001, p. 108) é categórico ao afirmar que: “a leitura é sempre produção de sentido”. Ler, continua o autor, “é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências” (GOULEMOT, 2001, p. 108). Acompanhando o raciocínio proposto por esse estudioso, conclui-se que a leitura não pode ser entendida como um processo reduzido apenas a um leitor, que encontra no texto o sentido construído pelo autor. Nesse caso, analisar o leitor faz-se bastante pertinente, uma vez que é ele quem “constitui e não reconstitui um sentido”, sendo peça fundamental no processo de troca e aprovação que é a leitura.

Freire (1997) esclarece que para que essa compreensão e recriação dos sentidos aconteçam é necessário que a biblioteca se torne um centro cultural, e não um depósito silencioso de livros:

Daí a necessidade que tem uma biblioteca [...] centrada na linha de estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico do texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica (FREIRE, 1997, p. 33).

Nota-se, então, que a biblioteca escolar como um espaço do leitor deve ter uma função educativa crítica, constituindo-se em um local de aprendizado e de conhecimento, um espaço de acolhimento e de inclusão em todos os sentidos. Acima de tudo, que seja um lugar de prazer. Nessa linha de pensamento, Bakhtin (1999) concebe o espaço da biblioteca não só como uma instância cultural territorializada, mas, fundamentalmente, como um espaço discursivo no qual se confrontam as mais diversas vozes, proporcionando assim a apropriação de variados discursos.

4. A biblioteca escolar em pauta: dados de uma realidade

Partindo da preocupação do papel das bibliotecas, principalmente das existentes nas instituições de ensino, alguns estudiosos (SOUZA, ARENA, GIROTTO, entre outros) desenvolveram uma pesquisa internacional, no ano de 2006, intitulada: “Literatura na escola: espaços e contextos – a realidade brasileira e portuguesa”. Esse estudo, que contou com o financiamento da Fapesp e do CNPq, no Brasil, levantou dados das 110 escolas públicas dos municípios Presidente Prudente,

Assis e Marília, pertencentes ao Oeste do Estado de São Paulo. Entre vários aspectos investigados por essa pesquisa, ressaltamos as questões referentes à leitura no ambiente da biblioteca e o perfil dos responsáveis por ela.

Um recurso utilizado para conhecer a realidade dessas escolas foi o questionário aplicado aos professores. Nesse documento figuraram perguntas como: o espaço físico é adequado? Como acontece a leitura nesse espaço? Os profissionais que atendem este espaço estão preparados para mediar a leitura? Existe articulação entre o espaço da biblioteca escolar e a sala de aula? Os professores utilizam a biblioteca escolar? Os alunos a frequentam? Os acervos são adequados e garantem uma diversidade de gêneros na formação do leitor?

Para refletirmos sobre a presença e as práticas de leituras nas bibliotecas escolares, bem como a atuação de seus profissionais, serão expostos dados parciais desse estudo.

A maioria das instituições escolares participantes (60%) possui um lugar adequado para a leitura, enquanto, em 30%, ele se apresenta inexistente. A respeito da existência de um espaço para a leitura dentro da sala de aula, como “cantinho da leitura” ou “sala de leitura”, 69,8% dos professores entrevistados afirmaram a presença desses espaços. Esse número revela que ações educativas que garantem o acesso ao livro por parte dos alunos acontecem na escola e pertencem a algum projeto, contudo, elas podem ocorrer sem aprofundamento teórico. Isso é evidenciado pelo acervo que compõe as salas de aulas, que muitas vezes, caracteriza-se como precário tanto pelas condições dos materiais, quanto pela sua qualidade literária, sendo que em alguns casos, os títulos apresentam conteúdo paradidático. A leitura trabalhada dessa forma pode, provavelmente, não estimular o interesse dos alunos. Todavia, em 60,6% dos casos, os estudantes podem levar esses livros para casa.

A biblioteca escolar foi apresentada como questão discursiva, sendo que a totalidade dos participantes da pesquisa reconhece a importância desse espaço no desenvolvimento e na formação de leitores. Das respostas coletadas destacaram-se os seguintes aspectos: a) o acesso à leitura e à diversidade de obras, principalmente para aqueles que encontram na escola o único espaço para o contato com os livros; b) o desenvolvimento da competência leitora; c) a formação do hábito de ler; d) a formação do gosto pela leitura, mediante o estímulo e o incentivo; e) o desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos.

Tais informações revelam a importância da biblioteca escolar no processo de aprendizagem e de acesso a materiais impressos. Contudo, cerca de 30% dessa amostragem enfatiza esse espaço apenas para o desenvolvimento dos discentes, deixando à margem o seu papel como instrumento de apoio pedagógico voltado também ao professor. Nesse contexto, a biblioteca é percebida como espaço para a formação do estudante e não do docente, permanecendo a visão que a distancia da sala de aula. Tal concepção pode ter como consequência a ausência de ações interventivas e mediadoras de leitura e de conhecimento na biblioteca.

Quanto ao desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura, 17,9% dos professores assinalaram que não realizam atividades voltadas a um projeto de leitura. O restante dos entrevistados, 82,1%, afirmaram que eles são recorrentes em sua prática pedagógica. Desses, 66,9% apontaram que eles são de natureza coletiva, 27,6% são de natureza individual, e 42% informaram que os projetos que desenvolvem são de orientação da escola na qual trabalham.

Outro objeto de interesse dessa pesquisa foi o perfil dos funcionários que desempenham suas funções junto à biblioteca escolar. Nesse sentido, o estudo revelou que as pessoas responsáveis por esse espaço são mulheres (85,3%), com experiência profissional significativa. Uma das características desses profissionais é que eles são deslocados, como o caso de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) e de agentes escolares, coordenadores pedagógicos, que acumulam também essa atividade, em cerca de 11% do conjunto de respostas. Muitas das pessoas alocadas na biblioteca são docentes readaptados, isto é, professores que, por motivo de saúde, não podem voltar à sala de aula, e representam um terço dos profissionais das escolas estaduais e 50% dos professores que atuam nas bibliotecas escolares municipais.

Esses últimos dados revelam que a biblioteca escolar é vista, em termos de administração escolar, como ambiente para alocação de docentes que não podem ou se recusam a voltar para a sala de aula. Isso recai sobre o desempenho desse profissional como mediador de leitura e dinamizador desse espaço, que tem grande potencial como disseminador de práticas culturais.

As condições físicas da biblioteca também mereceram destaque na pesquisa. Entre as instituições envolvidas, 95,4% possuem biblioteca, sendo que desse total, 70% contam com espaço próprio e, aproximadamente 30% dividem o local com outras atividades, tais como sala de vídeo e laboratório de ciências. Sobre as condições de acesso, 32% dos responsáveis pela biblioteca alegaram que elas são ótimas, enquanto 54% julgaram-nas como boas. Somente 9% dos funcionários reconhecem que a situação desse local se apresenta como precária ou muito precária. Em relação ao mobiliário, a maioria dos profissionais da biblioteca, 64,2%, o considerou adequado.

Os dados expostos evidenciam o contexto em que as bibliotecas escolares estaduais e municipais de três cidades do Oeste paulista: Presidente Prudente, Assis e Marília, apresentavam-se em 2006. Passados cinco anos do levantamento dessas informações, o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil (Cellij), da FCT/Unesp, Campus Presidente Prudente, volta a duas instituições escolares que participaram dessa pesquisa para verificar o que foi mudado em relação a esse espaço.

Com essa preocupação, o Cellij desenvolve desde 2011 o projeto “Bibliotecas Escolares: espaço de cultura e apropriação do conhecimento” com o apoio do Núcleo de Ensino da Unesp. O objetivo principal desse estudo é o de averiguar e estimular a existência de ações mediadoras de leitura e promoção da cultura e cidadania em bibliotecas escolares da cidade de Presidente Prudente - SP. Dessa forma, entende-se o estímulo à leitura como ferramenta para desenvolver os aspectos intelectuais do sujeito, abarcando assim, suas diversas dimensões, sejam elas culturais, políticas, sociais e cognitivas.

Para alcançar esse intento, outros propósitos foram pautados, a saber: verificar em duas escolas municipais de Presidente Prudente qual a frequência com que sua biblioteca tem sido utilizada por parte de professores, alunos e comunidade em geral; averiguar quais livros de literatura infantil e juvenil compõem o acervo, a forma como são organizados, como circulam e como são utilizados por professores, alunos e bibliotecários; analisar como os docentes promovem a aproximação entre o educando e a biblioteca; incentivar a ação dos estudantes na promoção do espaço, da leitura e da literatura; orientar e executar junto aos professores readaptados e alunos, atividades de dinamização e promoção do espaço e incentivo à leitura por meio do uso de diversas linguagens, ampliando o repertório cultural dos seus usuários.

Da mesma maneira que a pesquisa internacional “Literatura na escola: espaços e contextos – a realidade brasileira e portuguesa” utilizou de questionários para conhecer a realidade das escolas municipais, esse projeto optou como procedimento metodológico a aplicação desse mesmo recurso, a fim de conhecer a realidade das duas instituições participantes. Os dados coletados servirão de base para realizarmos um estudo comparativo em relação ao que foi encontrado no ano de 2006 e o que se constatou em 2011, reconhece-se que o recente estudo acontece em uma projeção menor, contudo acreditamos que ele pode demonstrar possíveis progressos em relação ao espaço da biblioteca escolar e sua articulação com a escola e suas práticas de estímulo à leitura, visto que no momento da pesquisa internacional esses profissionais foram convidados a participar de um curso de formação continuada, com temas específicos sobre atividades de leitura no espaço da biblioteca escolar.

A escolha das instituições participantes se deu por meio de indicação da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente - SP (Seduc), tendo como critério a participação no estudo em 2006 e que possuíssem espaço próprio para a biblioteca e que essa tivesse sido reformada recentemente. Este texto apresenta o nome fictício das escolas, bem como o de suas bibliotecas. O questionário, composto de perguntas fechadas, foi aplicado em uma reunião de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (Hptc) a todos os professores das escolas nos dois turnos de funcionamento.

Dessa forma, na Escola Sylvia Orthof participaram 13 docentes, enquanto na Escola Ana Maria Machado, 16 professores responderam às questões.

Primeiramente, perguntamos aos educadores a situação em que eles utilizam a biblioteca. Para essa questão, os participantes poderiam responder mais de uma alternativa. Das quais eles destacaram, conforme a Tabela 1:

TABELA 1 – Situação de uso das bibliotecas pelos docentes

Tipo de uso	Escola Sylvia Orthof	Escola Ana
		Maria Machado
Pesquisa	34,6%	31,3%
Planejamento de aulas	11,5%	15,6%
Hora do conto	26,9%	37,5%
Outros	26,9%	15,6%
Total	100%	100%

Fonte: CELLIJ/Projeto Bibliotecas Escolares (2011). Org. Vinhal (2012)

Em ambas as escolas, averiguamos que tanto a pesquisa, quanto a realização de uma atividade de leitura, denominada de Hora do Conto, despontam como fatores para a utilização da biblioteca. Na opção “outros”, os docentes poderiam responder qual o modo que a utilizam, assim surgiram: troca de livros; teatro com fantoches; leitura de livros; e atividades com a utilização de jogos.

Esses dados evidenciam dois aspectos relevantes que se relacionam com a pesquisa internacional, se antes as atividades aconteciam na sala de aula, com os “Cantinhos de leitura” ou “Salas de Leitura”, após a capacitação, a biblioteca escolar passa a ser vista como um espaço para as práticas de leitura. Isso não quer dizer que a sala de aula não promova atividades de leitura, mas o uso da biblioteca escolar cresceu de 2006 para 2011. Outro fator refere-se à utilização desse local na formação docente, sendo que anteriormente os professores (30%) não percebiam esse espaço como colaborador para a sua formação ou como espaço de apoio pedagógico, sendo a biblioteca escolar tida somente para a formação do aluno. Atualmente, essa realidade decresceu, já que é utilizada para o planejamento de aulas de 11,5% dos docentes da Escola Sylvia Orthof e 15,6% dos profissionais da Escola Ana Maria Machado.

No que tange a utilização desse local pelos professores, outros números chamam a atenção e apontam para uma contradição. Os docentes ao serem perguntados quanto à satisfação com o acervo das bibliotecas das escolas responderam:

TABELA 2 – Satisfação com o acervo das bibliotecas escolares

Satisfação acervo	Escola Sylvia Orthof	Escola Ana Maria Machado
Sim	61,5%	43,8%
Não	30,8%	50,%
Não respondeu	7,7%	6,3%
Total	100%	100%

Fonte: CELLIJ/Projeto Bibliotecas Escolares (2011). Org. Vinhal (2012)

As informações da Tabela 2 comparadas às respostas a respeito da utilização dos materiais de apoio (Tabela 3) que os professores utilizam para o planejamento de suas aulas suscitam dúvidas em relação a real satisfação dos professores com o acervo das bibliotecas.

TABELA 3 – Materiais de apoio utilizados pelos professores

Materias de apoio	Escola Sylvia Orthof	Escola Ana Maria Machado
Internet	34%	31%
Material próprio	29%	31%
Material da Biblioteca	32%	29%
Outros	5%	9%
Total	100%	100%

Fonte: CELLIJ/Projeto Bibliotecas Escolares (2011). Org. Vinhal (2012)

Uma vez que, entre os materiais utilizados, a internet é apontada pela maioria dos docentes como o principal recurso para o planejamento da aula, e, em ambas as bibliotecas não há computador e conseqüentemente, acesso a essa tecnologia. Com isso, percebemos que esse espaço se mostra ainda pouco eficiente para auxiliar o educador na preparação de suas aulas. Outro aspecto que os dados dessas tabelas nos possibilitam deduzir é que os profissionais, ao demonstrarem sua satisfação com o acervo das bibliotecas, possuem uma percepção tradicional da biblioteca como apenas um “lugar de livros”, sendo que o seu potencial é muito maior, principalmente na sociedade da informação que imprime em seus cidadãos a necessidade do conhecimento (KUHLETHAU, 1998).

Quanto à organização do acervo, os professores a consideram satisfatória. Na Escola Sylvia Orthof organizado por tema, 61% dos docentes concordam que essa disposição dos livros facilita seu trabalho; enquanto na outra instituição, em que os materiais estão dispostos por faixa etária e tamanho de livros, 94% julgam essa uma boa maneira de disposição dos materiais. Após essa questão, interrogamos os docentes sobre a maneira ideal para a organização do acervo, mais da metade deles apontou que seria por tema. Quanto a essa disposição do acervo, afirmamos que ela favorece mais o trabalho docente, já que o discente pode ter dificuldades em consultá-lo. Segundo Silva (2009, p. 129), “a escola precisa empenhar-se para estimular os alunos à busca espontânea de informações para sanar suas dúvidas, por isso a biblioteca deve oportunizar que o aluno possa frequentá-la, independente da orientação do professor”.

Diante de tal circunstância encontra-se outro paradoxo em relação ao que mostrou a pesquisa internacional e, ao que tudo indica uma realidade ainda presente nas instituições pesquisadas: se a biblioteca é vista por parte dos professores como um local voltado ao e para o desenvolvimento discente, espera-se que seus materiais estejam dispostos de modo a favorecer ao desenvolvimento dos estudantes na busca pela informação e no despertar pela leitura. Assim, deveria ser possível que o educando ao passear pelas estantes pudesse encontrar, de maneira autônoma, o que procura ou se deparar com o inesperado que de forma surpreendente o interessasse, e assim, o livro seria objeto de curiosidade.

Confirma-se, ainda, a presença feminina na biblioteca escolar, já que as duas responsáveis por esses espaços nas instituições colaboradoras dessa pesquisa são mulheres e conforme o estudo internacional evidenciou o grande número de pessoas readaptadas nesse ambiente, isso também foi corroborado pelo projeto. Ambas as profissionais estão afastadas da sala de aula por motivo de saúde e tais limitações interferem no trabalho das mesmas como mediadoras de leitura. Todavia, em momentos de discussão de textos com essas professoras, elas reconhecem a biblioteca como espaço de ensino-aprendizagem (Unesco, 2011) e a função que possuem de dinamizar e mediar as potencialidades desse local. No entanto, essas funcionárias apontam como a principal causa para que o trabalho realizado por elas seja visto de maneira tão dissociada pela escola nas atividades de incentivo à leitura, é o fato delas serem excluídas no momento do planejamento de algumas práticas que acontecem na biblioteca e assim, muitas vezes, a mediação torna-se precária, já que elas não fazem parte do processo, sendo responsáveis por guardar, organizar e anotar o empréstimo dos livros. Ou seja, um trabalho mecânico e nada relacionado com a função de formar leitores.

Percebemos que pouco se avançou em relação ao estudo, ainda em andamento e o seu

antecessor, realizado em 2006. Contudo, se tomarmos como fruto da pesquisa internacional: a realização desse projeto nessas instituições e as novas instalações que as duas instituições receberam, a escola está dando pequenos passos em direção à biblioteca escolar. Há muito o que se fazer para que a biblioteca seja apreendida e apropriada pela sua comunidade escolar como “um organismo de *apoio* ao processo de ensino-aprendizagem e promover o gosto e o hábito de leitura entre os estudantes” (SILVA, 2003, p. 66, grifo do autor).

Tornar esse ambiente objeto de discussão da academia, nos cursos de licenciatura, e entre seus usuários, é o primeiro passo, mas há um longo percurso a trilhar. Esse vai desde pequenas ações, como as desenvolvidas pelo Projeto “Bibliotecas Escolares: espaço de cultura e apropriação de conhecimento”, que no ano de 2012, promove e estimula atividades de dinamização do espaço, juntamente com as profissionais das bibliotecas, até as políticas públicas que tenham como meta mais do que a distribuição de livros e o investimento em infraestrutura. Conforme Rösing (2005), essa é uma preocupação dos gestores das escolas e que perpassa as ações governamentais. Segundo a autora,

ao chegarem diante da biblioteca, os mesmos dirigentes preocupam-se em mostrar o espaço físico, não se detendo e, observações sobre o acervo, nem sobre as atividades desenvolvidas, muito menos sobre a liderança dos profissionais que respondem por esse setor na escola (RÖSING, 2005, p. 213).

Nesse cenário é preciso que se volte o olhar para o recurso humano das bibliotecas, ou seja, seus profissionais, pois eles são a parte dinâmica do processo de ensino e de formação de leitores. Enfim, eles constituem o organismo vivo desse local, são locutores e interlocutores, será mediante o conhecimento e o diálogo que esses realizam com as leituras e com as práticas culturais é que os estudantes construirão o seu dizer (BAKHTIN, 1999).

4. Considerações finais

Nota-se que o discurso sobre a leitura deve continuar tendo como premissa a constituição de vários espaços de leitura, entre eles, o espaço da biblioteca escolar, posto que as bibliotecas podem contribuir ativamente para a educação e o desenvolvimento dos povos em todos os aspectos. Elas devem participar do incremento da ciência e tecnologia, difundir os conhecimentos profissionais e favorecer a iniciativa criadora do homem. O progresso técnico e econômico intensifica a necessidade de ler. A necessidade de aprender gera uma premência de leitura.

Nesse contexto, é importante lembrar que muitas bibliotecas desenvolvem atividades que exigem do público leitor pelo menos um razoável conhecimento de leitura. Esse processo, no entanto, não deve se restringir apenas à codificação e decodificação do código linguístico; deve ser estimulado e desenvolvido através de uma prática cultural continuada, através de bibliotecas que criem programas incentivadores de leitura entre os diferentes segmentos da sociedade, principalmente, entre aqueles cujo nível de autonomia do ato de ler ainda necessite do acompanhamento de outros leitores. Ou seja, a biblioteca escolar deve ser um espaço formal de leituras individuais e compartilhadas que promovam a formação de leitores e a apropriação de discursos.

Para Battles (2003), é necessário que se tenha claro a concepção de que o papel da biblioteca é indiscutível quanto à formação cultural das pessoas. Esse autor referindo-se à importância das bibliotecas salienta que no século XX, uma grande parte delas foi destruída durante conflitos entre nações. Percebe-se que na biblioteca encontra-se a força intelectual e o crescimento de cada povo, pois “as bibliotecas ofereciam grande esperança de progresso pessoal, mas também podiam ser veículos de grande sofrimento quando resolviam negar essa esperança a alguém” (BATTLES, 2003, p.180). Infelizmente, percebe-se que na história do Brasil, ainda é negada a esperança para a maioria da população ao acesso às bibliotecas públicas e escolares devido a investimentos restritos na área de cultura e educação. No entanto, espera-se que novas políticas públicas em leitura possam

valorizar o espaço da biblioteca escolar como local de mediação de leitura, e, assim, diante dessa perspectiva podssamos vislumbrar a formação de comunidades leitoras.

REFERÊNCIAS

ARENA, Dagoberto Buim; GIROTTO, Cynthia Graziella Simões; MENIN, Ana Maria da C. S; SOUZA, Renata Junqueira de. *Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARTHES, R.. *O prazer do texto*. São Paulo: Prespectiva, 2004.

BATTLES, M. *A Conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BORDINI, Maria Glória. AGUIAR, Vera Teixeira. *A formação do leitor – alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CARR, Stephen et alii. *Public space*. New York: Cambride University Press, 1992.

CAVALLO, Gugliemo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. v.1 São Paulo: Ática, 1998.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record. 1986.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. *Como facilitar a leitura*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GERALDI, João Wanderley. *A linguagem nos processos sociais de constituições da subjetividade*. 1999.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Pioneira, 1983.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

KUHLTHAU, Carol Collier. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais,1998, Belo Horizonte.

LAIJOLA, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2006.

MELO, Orinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. Campinas – SP: editora Unicamp. Goiânia – GO: editora da UFG, 1997.

_____. *A invenção da cidade leitura e leitores*. Goiânia – GO: editora da UFG, 2007.

MILANESI, Luiz. *Ordenar para desordenar: centro de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OBATA, R.K. *Biblioteca interativa: construções de novas relações entre biblioteca e educação*. São Paulo: Nova Série. v. 1. 1999.

PERROTI, Edmir. *A criança e a produção cultural*. In: ZILBERMAN, Regina (Org.) A produção cultural para a criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PROGRAMA FOME DO LIVRO 2005. Disponível em: <<http://www.vivaleitura.com.br/boletins/boletim%20Fome%20de%20livro%20016.htm>>. Acesso em: 25 mai 2007.

RÖSING, Tania M. K. Dinamizando a biblioteca, ressignificando a escola. In: Becker, Paulo; Rösing, Lucia M. K. (Org.). *Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca*. 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 213-221.

SILVA, Ezequiel da. *Elementos de pedagogia da leitura*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Leitura e realidade brasileira*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1997.

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. *Magistério e mediocridade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Rovilson José. *Biblioteca escolar e a formação de leitores: o papel do mediador de leitura*. Londrina: Eduel, 2009.

UNESCO. O manifesto da Ifla/Unesco das bibliotecas escolares. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 25 jun 2011.

Recebido em setembro de 2012.
Aprovado em janeiro de 2013.